



Aprovada nova meta fiscal

Depois de mais de 17 horas de sessão, o Congresso aprovou na madrugada de hoje o projeto de lei que altera a meta de superávit fiscal do governo federal prevista para 2014

Marcada por intenso embate entre base do governo e oposição e por seguidas votações nominais, a sessão iniciada às 10h20 avançou pela madrugada. A aprovação do projeto se deu às 3h45 de hoje. O PLN 36/2014 altera a LDO para permitir o desconto, no cálculo da meta fiscal, do total das desonerações e dos investimentos no PAC, e não até o limite original de R\$ 67 bilhões. Quatro destaques ainda seriam apreciados. Na mesma sessão, foram confirmados dois vetos presidenciais. **3 e 4**

Renan Calheiros preside sessão do Congresso: senadores e deputados debateram por mais de 17 horas até aprovar o texto principal



Marcos Oliveira/Agência Senado

Congresso acata crédito para fundo Aerus 8

Texto amplia obrigação sobre segurança 7

Avança exigência de eclusas em barragens 5

Ex-diretor diz desconhecer esquema na Petrobras

Em depoimento informal à CPI mista, Ildo Sauer, ex-diretor de Gás e Energia, afirmou que saiu da estatal

por divergências técnicas e administrativas, e não por não ter participado de esquema de corrupção. **8**



Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobras, concede entrevista a jornalistas

Comunicação do Senado faz homenagem a José Sarney 2

Escolas podem ter mesmo currículo em todo o país 6

Secretário afirma que Brasil precisa agilizar reação a desastres 5



Estudantes posam com Turma da Mônica, que tem personagens com deficiência

Evento debate os direitos da pessoa com deficiência

Continuam hoje as atividades da 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, promovida pelo Senado para debater os direitos dessa parcela da po-

pulação. Na abertura ontem, o senador eleito Romário e o cartunista Mauricio de Sousa falaram sobre os desafios enfrentados pelas pessoas com necessidades especiais. **2**

Gerardo Magaña/Agência Senado



Curso de férias a distância com tutoria
TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Conheça este e outros cursos em www.senado.leg.br/ead

Pré-matrícula: de 2 a 5/12/14
Curso: de 9/12/14 a 9/2/15

em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo

Interlegis



Instituto Legislativo Brasileiro



SENADO FEDERAL



Considerado o criador do sistema de comunicação da Casa, senador foi recebido por diretores, ex-diretores e servidores da TV, Rádio, Relações Públicas, Marketing, Agência e **Jornal do Senado**



Leila Daher, Davi Emerich, Fernando Mesquita, Elga Lopes e Ivan Godoy ouvem José Sarney em estúdio da TV Senado

Sarney recebe homenagem da Comunicação do Senado

DEZENAS DE SERVIDORES da Comunicação do Senado prestaram ontem homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), considerado o parlamentar responsável pela criação da comunicação social da Casa. O local escolhido foi um dos estúdios da TV Senado, criada em 1996, na primeira gestão de Sarney como presidente da Casa.

Durante quase duas horas, o parlamentar, que tem a carreira mais duradoura do Congresso e que encerra o mandato em janeiro, ouviu pronunciamentos de homenagem que resgataram a história da TV Senado e reforçaram a importância do sistema público de comunicação. O próprio Sarney confirmou o esforço necessário para tirar

do papel a ideia de TV legislativa, muitas vezes enfrentando a desconfiança dos colegas.

— O Senado passou a falar diretamente ao cidadão e este ganhou a possibilidade de comparar os fatos transmitidos ao vivo na Casa com as versões do conjunto da mídia comunicativa — disse.

O senador prevê uma participação cada vez mais ativa da comunicação pública no exercício da democracia.

— Com o avanço da informática, nos encontraremos dentro de alguns anos em condições de retornar às raízes da democracia, podendo alcançar aquele ideal da democracia direta de que nos afastamos pelas dimensões dos Estados modernos — analisou.

A atual estrutura de comuni-

cação do Senado — TV, rádio, jornal, portal de notícias, relações públicas e marketing — começou a tomar forma na década de 90, com a redemocratização do país, quando a então recém-aprovada Constituição obrigou o setor público a investir em transparência e participação popular.

Participaram da homenagem, entre outros, o diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich; o antecessor dele, Fernando Cesar Mesquita, em cuja gestão foi criado o sistema de comunicação da Casa; a ex-diretora de Comunicação e atual diretora do ILB, Elga Lopes; o diretor da Rádio Senado, Ivan Godoy; e a ex-diretora da TV Senado Leila Daher, antecessora do atual diretor, Aluizio Oliveira.

Evento destaca valorização da pessoa com deficiência

Foi aberta ontem no Senado a 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. O cartunista Mauricio de Sousa prestigiou o evento pela terceira vez consecutiva e chegou acompanhado de seus personagens com deficiência, Dorinha (cega) e Luca (cadeirante), além da Mônica e do Cebolinha.

Para ele, participar do evento é uma forma de chegar perto do público infantil e prestigiar os leitores da Turma da Mônica.

A senadora Ana Rita (PT-ES), o deputado Romário (PSB-RJ) e a diretora-adjunta de Gestão do Senado, Ilana Trombka, também estiveram presentes e abordaram as dificuldades que ainda são enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Para a senadora, o Brasil avançou bastante em políticas públicas, mas ainda há muito o que fazer.

— Temos novos desafios pela frente. Acessibilidade no trânsito, por exemplo, ainda é algo que precisa ser melhorado. Nas palestras, nem sempre há tradutor. A vantagem é que está se criando uma cultura de as próprias pessoas com



Ilana (E), Romário, Ana Rita e Mauricio de Sousa participaram de abertura ontem

deficiência cobrarem por seus direitos — disse Ana Rita.

Já o deputado contou que vive essa experiência 24 horas por dia com a filha Ivy Bittencourt, que tem síndrome de Down. Ele acredita que o país está longe do ideal, mas a luta pela causa tem alcançado resultados positivos.

— Sabemos que a falta de respeito e o preconceito ainda existem, mas, a cada dia, com a conscientização, a gente vai fazendo com que as pessoas entendam que a deficiência está na não aceitação dessas pessoas na nossa rotina. Eu sei das dificuldades dos pais em

relação à qualidade de vida das pessoas com deficiência — testemunhou.

Também participaram cerca de 300 crianças de sete escolas inclusivas da rede pública do Distrito Federal.

Laiane Gondim tem 10 anos. Aos 2, um procedimento errado ao fazer um mielograma (exame para detectar leucemia) a deixou paraplégica, contou a professora Camila Ribeiro.

— Apesar da deficiência física, Laiane possui o lado cognitivo extremamente preservado, é muito esperta e aprende com facilidade — disse.

Senado faz entrega de comenda a defensores dos direitos humanos

O Senado entregou ontem a Comenda Dom Hélder Câmara a seis personalidades que se destacaram na defesa dos direitos humanos.

Foram homenageados o deputado estadual Claudio Vereza, do Espírito Santo; o governador interino de Roraima, Francisco de Sales Guerra Neto, o Chico Guerra; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa; o secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão Pires Junior; e os religiosos dom Orani Tempesta e dom Mauro Morelli.

Houve ainda homenagem

póstuma à médica, sanitarista e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns.

Este é o quinto ano em que a condecoração é entregue. Falando em nome dos condecorados, dom Mauro Morelli defendeu a ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e disse imaginar um país com educação e nutrição, no qual criança não morra criança.

— Sinto que o Brasil precisa se desenvolver de baixo para cima. Um povo saudável, inteligente e participativo é fundamental para a democracia — afirmou.



Senador Cristovam Buarque e dom Mauro Morelli, um dos homenageados

Acessibilidade no transporte aéreo é tema de debate hoje

A diminuição das barreiras de mobilidade para a pessoa com deficiência será tema de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h. O debate atende requerimento da presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES).

Um dos temas em debate será a Resolução 280/2013, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que define procedimentos para melhorar o atendimento das empresas aéreas a passageiros com

necessidades de assistência especial. Representantes da Anac e da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência estão entre os convidados.

Nos últimos dias, repercutiu na imprensa o caso de uma executiva cadeirante que teve de se arrastar por 15 degraus para embarcar em uma aeronave, em Foz do Iguaçu (PR). Para entrar no avião com segurança, ela precisava de equipamento especial, que não estava disponível.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PRESIDÊNCIA Cantatas de Natal

18h30 Renan Calheiros participa da cerimônia de abertura das Cantatas de Natal 2014, no Salão Negro do Congresso.

CRA Agrotóxicos

8h30 A CRA examina incentivo ao uso de agrotóxico de baixa periculosidade (PLS 679/2011) e aumento das multas sobre trabalho rural (PLS 323/2013).

CDH Acessibilidade

9h A comissão promove debate sobre a diminuição das barreiras de mobilidade para deficientes e sobre a Resolução 280/2013 da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

PROCESSO CIVIL Emendas

9h30 A Comissão de Reforma do Código de Processo Civil analisa emendas a substitutivo da Câmara (SCD 166/2010).

CAS Câncer de intestino

10h Audiência pública debate políticas públicas de prevenção ao câncer de intestino.

ESPECIAL Pessoa com deficiência

10h Na 8ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, oficina de escultura com Flavio Luis, artista deficiente visual.

ESPECIAL Cantatas de Natal

18h30 Cerimônia de abertura das Cantatas de Natal 2014, no Salão Negro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Após 17 horas de discussão, Congresso muda meta fiscal

Mesmo se o resultado de 2014 for deficitário, governo não estará descumprindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo projeto aprovado ontem em sessão marcada por discursos e manifestações

MESMO SOB INTENSOS protestos e duras críticas da oposição, a base governista conseguiu aprovar no Congresso, às 3h45 de hoje, o projeto de lei (PLN 36/2014) que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e desobriga o governo de cumprir a meta de superávit primário deste ano. Na Câmara, o projeto teve 240 votos favoráveis e 60 contrários. No Senado, foram 39 votos a favor, 1 contra e 1 abstenção. A sessão havia começado às 10h20 de ontem.

Durante todo o dia, algumas dezenas de manifestantes protestaram — com gritos, palavras de ordem e até insultos dirigidos a alguns parlamentares — contra a aprovação.

Na prática, o PLN 36 retira da LDO o teto de abatimento da meta de superávit, inicialmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões. A regra original previa que o governo poderia abater até R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e nas desonerações tributárias. Ao não estabelecer teto, o projeto abre

a possibilidade de o governo abater da meta fiscal até o total do PAC mais as desonerações, montante que já passou de R\$ 130 bilhões. Agora o Executivo pode manejar o superávit e, mesmo que feche as contas com déficit primário, não terá descumprido a meta da LDO.

Na semana passada, o governo comunicou que pretende obter superávit de pelo menos R\$ 10,1 bilhões em 2014. Até setembro, o resultado registrou déficit de R\$ 20,4 bilhões — o pior resultado mensal desde 1997. No acumulado de janeiro a setembro, o resultado é deficitário em R\$ 15,7 bilhões.

Emendas rejeitadas

O texto aprovado é o mesmo que foi apresentado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao relatar o projeto na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Ele substituiu a expressão “meta de superávit”, da proposta original, por “meta de resultado”, já que não se sabe se o governo fechará o ano com déficit ou superávit primário. Também rejeitou as 80 emendas apresentadas.

Jucá ressalta que a alteração da meta fiscal é necessária devido à presente conjuntura global e à arrecadação prevista, que não se configurou.

A mudança na meta fiscal também foi defendida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que conduziu a votação. Ele disse que a alteração é necessária para o governo manter as contas em dia.

— Se não alterarmos a LDO, não vamos ter dinheiro não só para as emendas parlamentares, mas para muita coisa. Teremos de fazer, em dois meses, uma economia que não foi feita em dez — afirmou.

Em resposta, o senador Magno Malta (PR-ES), contrário ao projeto, ironizou:

— Quem pariu Mateus que o embale — disse Malta.

Renan lembrou que a meta fiscal foi alterada em 2001, durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso. O deputado Silvio Costa (PSC-PE) defendeu a redução da meta de superávit como medida temporária e lembrou que apenas em desonerações a setores econômicos foram R\$ 76 bilhões em impostos que deixaram de ser recolhidos.

O deputado Vicentinho (PT-SP) disse que estados e municípios vão precisar fazer metas menores de superávit e não estão de acordo com a oposição dos deputados que querem a todo custo ignorar a crise por que passa o mundo.

— Dos 20 maiores países do mundo, 17 vão adotar déficit em 2014 e nosso governo vai fazer superávit de R\$ 10 bilhões. Será menor do que o programado, mas ainda é uma



Plenário do Congresso permaneceu lotado de senadores e deputados até as 3h45

demonstração de responsabilidade — afirmou Vicentinho.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) lembrou que 15 estados não cumpriram as metas de superávit em 2013. Ele afirmou que Minas Gerais e São Paulo, estados governados pelo PSDB, alteraram as metas, assim como o governo federal.

— O próprio presidente Fernando Henrique reduziu a meta em 2001 e não vimos essa reclamação toda.

Os deputados Pauderney Avelino (DEM-AM) e Marcus Pestana (PSDB-MG) criticaram a política econômica, que resultou na necessidade de mudar a meta de superávit.

— Na primeira entrevista, o novo ministro da economia já admitiu que isso não pode mais ser feito — disse.

Para o deputado Chico

Alencar (PSOL-RJ) e o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), é preciso rever a política de trocas com o governo.

— Oficializar essa política, que não é, de forma alguma, a boa política — disse Alencar.

Defensor do projeto, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que a oposição está “flertando com o golpismo”, porque pretende usar a meta como justificativa de crime de responsabilidade para provocar um impeachment.

O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), disse que a diminuição do superávit é questão de política econômica. Segundo ele, os gastos tiveram o objetivo de manter a política de empregabilidade.

— Quando foram governo, eles também mudaram a LDO.



Relator do projeto, Jucá (ao microfone) defende alteração do superávit primário

Oposição critica decreto e aponta chantagem contra o Legislativo

A edição, pela presidente Dilma Rousseff, do Decreto 8.367/2014, acabou piorando a relação entre oposição e governo na análise do PLN 36/2014. Editado em 28 de novembro, o decreto aumenta em R\$ 10 bilhões os recursos para ministérios, fundos e outros gastos neste ano, passando para R\$ 262 bilhões. O decreto determina, entretanto, que a utilização do acréscimo fica condicionada à publicação da lei resultante da aprovação do PLN 36/2014.

A oposição entendeu o decreto como “chantagem” do governo em troca da aprovação do projeto, pois parte dos recursos (R\$ 444 milhões) é reservada para atender emendas individuais de deputados e senadores.

A condição teria uma razão jurídica: se o governo liberasse os recursos antes da sanção do PLN 36, poderia ser acionado na Justiça por descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A norma obriga o governo a bloquear recursos do Orçamento tão logo admita que não conseguirá cumprir o superávit primário do ano, o que aconteceu em 21 de novembro.

Na terça-feira, o DEM ajuizou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma ação para suspender os efeitos do decreto alegando “desvio de finalidade” por estar “sendo usado para pressionar a aprovação de uma norma ainda inexistente”.

Ontem Aécio Neves (PSDB-MG) criticou Dilma por ter



Aécio Neves e Ronaldo Caiado condenaram vínculo entre emendas e aprovação

prometido, durante a campanha eleitoral, cumprir a meta de superávit e agora alterá-la para não ser punida por crime de responsabilidade.

— Não foi dada à população a oportunidade de conhecer o



que estava acontecendo nas contas públicas — disse.

Sob vaias de parlamentares governistas, Aécio afirmou que o governo “feriu de morte” um dos pilares da política econômica brasileira: a Lei

de Responsabilidade Fiscal.

Ao rebater Aécio, o líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana, explicou que o governo editou o decreto porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano obriga o pagamento de todas as emendas.

— Esse descontingenciamento é obrigatório, fruto de um orçamento impositivo aprovado pelo Plenário, mas tenta-se dar uma conotação absolutamente inaceitável — afirmou.

Para o líder da Minoria no Congresso, deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), o PT conseguiu desmoralizar o Brasil economicamente e acusou o governo de oferecer cargos e liberação de emendas em troca de votos favoráveis ao PLN.

Após oito horas de discussão, com embates entre oposição e base governista e questionamentos de parlamentares, votação abriu caminho para análise sobre superávit

Pauta é destrancada com manutenção de vetos

DOIS VETOS DA presidente Dilma Rousseff a projetos de lei aprovados pela Câmara e pelo Senado foram mantidos ontem, depois de oito horas de discussão e tentativas de obstrução da oposição. Com isso, a pauta do Congresso Nacional foi destrancada, permitindo, então, a votação do projeto que flexibiliza a meta de superávit deste ano (PLN 36/2014), de interesse do governo federal.

— Se houver maioria, o Congresso Nacional vai evoluir na apreciação da pauta — afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A sessão ocorreu em meio a embates entre governistas e parlamentares da oposição, mas com as galerias vazias, em decorrência de tumultos na sessão de terça-feira. Na ocasião, manifestantes nas galerias protestaram contra a alteração da meta do superávit. Renan disse que a decisão de manter as galerias vazias segue o regimento, que não permite esse tipo de manifestação.

Durante toda a sessão, parlamentares opositores protestaram contra a decisão

e também lançaram mão de recursos regimentais para obstruir a análise dos vetos e, assim, impedir a análise do projeto do superávit. Opositores pediram votação nominal e os votos, feitos em cédulas, ainda tiveram de ser apurados, o que atrasou ainda mais o resultado.

O primeiro veto mantido foi referente o PLC 22/2012. O projeto alterava a lei que cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Lei 11.892/2008), para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho.

A Presidência da República justificou a decisão alegando que a lei determina que os institutos federais tenham atuação regional e nome que mantenha referência à localização, norma que não foi atendida pelo projeto de lei.

Também foi mantido o veto ao PLC 111/2010. A proposta propunha mudar o nome da Barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no município de Parelhas, no Rio Grande do Norte, para Dr. Ulisses Bezerra Potiguar.



Líder do governo no Congresso, José Pimentel (2º à esq., sentado) conta as cédulas da votação de vetos, com deputados

Placar de votação dos vetos presidenciais*

	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	BRANCO	NULO	OBSTRUÇÃO
VETO 28 — Aposto ao PLC 22/2012, que altera a lei que cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (Lei 11.892/2008), para modificar o nome do Instituto Federal Baiano para Instituto Federal Dois de Julho.	257	54	1	13	1	77
VETO 29 — Aposto ao PLC 111/2010, que propõe mudar o nome da Barragem Boqueirão de Parelhas, localizada no município de Parelhas (RN), para Dr. Ulisses Bezerra Potiguar.	257	56	1	13	1	77

*Como os deputados mantiveram os vetos, não houve apuração no Senado.

Renan quer atualização do regimento

As discussões sobre a apuração dos vetos pelo Congresso continuaram ontem. Deputados da oposição reclamaram com o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, sobre a suposta apuração antecipada dos votos.

Renan ressaltou que a apuração foi feita “aos olhos de todos”, seguindo o Regimento Comum. Para ele, é preciso aprovar um projeto de resolução alterando

a regra atual para que a votação seja feita no painel eletrônico.

— Eu assumi o compromisso de que esta, se depender de mim, será a última sessão do Congresso em que não teremos regras para garantir a absoluta transparência. O processo é aberto, não há nada que esconder. O que há, na verdade, é a necessidade de adaptar um avanço institucional a um regimento que está vencido

pelo tempo — disse.

A última regra sobre vetos é de julho de 2013, quando o Congresso decidiu votar, na terceira terça-feira de cada mês, os vetos que trancam a pauta. Desde então, foram analisados 25 vetos em 2013 e 40 em 2014. Até então, eles se acumulavam na pauta do Congresso sem previsão de exame. A pauta chegou a ter mais de 3 mil vetos sem votação.

Oposição questiona apuração antecipada dos votos ontem

Parlamentares da oposição questionaram a apuração antecipada dos votos aos vetos presidenciais. De acordo com o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), a assessoria dos parlamentares revelou os votos ao presidente da Mesa antes mesmo do encerramento da votação.

— Isso não é voto aberto. Isso

é fraude. Como esse resultado é confiável? — protestou Caiado.

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirmou que o acesso antecipado do presidente ao resultado é anticonstitucional. O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que presidia a sessão, disse que não recebeu nenhum resultado antecipado.

Manifestantes criam tumulto na entrada principal

A decisão de barrar a entrada do público no Plenário — tomada pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, depois do protesto de manifestantes na terça-feira — gerou tumulto ontem no acesso principal ao Congresso, a Chapelaria. Cerca de 60 pessoas protestaram durante horas com gritos, “apitação”, cartazes e bandeiras, exigindo a entrada.

Mesmo com a segurança reforçada, o senador José Sarney (PMDB-AP) foi impedido de entrar pelos manifestantes, que balançaram o carro do senador e deram tapas na lataria, obrigando o motorista a seguir para outra entrada.

O cantor Lobão participou dos atos, anunciando que vai entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da sessão de ontem.

— Estão rasgando a Constituição não só ao formular o PLN 36, mas também ao impedir o povo brasileiro de entrar. Estão partindo da premissa de que nós somos arruaceiros, golpistas e baderneiros, e isso nós não somos. Queremos entrar no Congresso porque o Congresso é nosso — afirmou.

No Plenário, a deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) cobrou a entrada de cerca de mil pessoas com deficiência. Cadeirante, ela destacou o trabalho para tornar o Plenário acessível e pediu que a sessão fosse interrompida caso não fosse permitida a entrada.

— É inadmissível que isso esteja acontecendo no dia 3 de dezembro, Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, que já são pessoas excluídas. Eu gostaria que a gente tomasse uma atitude e abrisse



O cantor Lobão disse que vai pedir na Justiça anulação de sessão do Congresso

as portas desta Casa. Isto aqui é Casa do povo.

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) afirmou que o grupo Revoltados On Line é o responsável pelos protestos e tumultos ocorridos esta semana no Parlamento. Segundo Pimenta, o grupo é de extrema direita e de “inspiração fascista”.

— Essa organização criminosa está durante todo o dia ofendendo e agredindo parlamentares — disse o deputado,

ao acrescentar que os líderes do grupo respondem a diversos processos.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) acrescentou que um dos líderes é Marcello Cristiano Reis. Ela disse que um dos sócios de Reis foi condenado por ofender a deputada estadual Cidinha Campos (PDT-RJ), chamando-a de “vagabunda”. A mesma ofensa teria sido feita contra a senadora na terça-feira, no Congresso.

Comissões adiam reuniões para a semana que vem

Foi adiada para terça-feira a reunião da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que, depois da sessão do Congresso, votaria o relatório da Receita do Orçamento de 2015. O parecer do deputado Paulo Pimenta (PT-RS) eleva a receita total em R\$ 21,2 bilhões, de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão.

Para evitar choques com a sessão do Congresso, também foram adiadas a reunião do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a da comissão mista para consolidação de leis e de dispositivos constitucionais. Nesta, está prevista a apresentação dos relatórios do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre demarcação de terras indígenas e sobre defesa dos usuários de serviços públicos.

Em debate ontem, responsável pela Defesa Civil nacional afirmou que país precisa de regras específicas para agilizar o atendimento a situações de calamidade e emergência

Recuperação de desastres é lenta, diz secretário

EM 11 DE março de 2011, o Japão foi devastado por um terremoto seguido de um tsunami que varreu a costa nordeste do país. Seis dias depois da tragédia, uma rodovia destruída na região estava recuperada. Em 30 de março deste ano, o nível da água do Rio Madeira chegou a 19,74 metros (dois a mais do que o registro histórico) e deixou um rastro de prejuízo no Acre, em Rondônia e no Amazonas. Passados oito meses, a região ainda luta para se reconstruir.

O contraste entre as duas situações foi citado ontem pelo secretário nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira Júnior, como exemplo de quanto o Brasil ainda precisa melhorar na mitigação de efeitos de desastres naturais. Em audiência na Comissão de Infraestrutura (CI), ele disse que a recuperação das áreas atingidas por estiagens, enchentes e outros fenômenos naturais é o ponto fraco do Sistema Nacional de Defesa Civil.

O problema, na avaliação de Pereira Júnior, não está na demora para a liberação de recursos, mas na burocracia ainda exigida para a contratação de obras em municípios

e estados em situação de emergência ou de calamidade pública. Hoje, segundo ele, algumas obras estão paradas por atrasos em licenciamentos ambientais. Segundo o Ministério da Integração, 1.124 municípios estão atualmente em situação de emergência ou calamidade. Nesses casos, ficam agilizadas compras sem licitação, além da liberação de recursos do governo federal.

— Uma oportunidade de melhoria é criarmos um regimento específico para a contratação de obras e aquisições para o atendimento de situação de emergência ou calamidade pública. É preciso que se entenda que obra de emergência é uma obra que, quando nós vamos começar, já deveríamos ter terminado.

Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a reunião, disse que vai trabalhar para aperfeiçoar a atual legislação. Ele ponderou, porém, que é preciso garantir mecanismos que evitem desvios de recursos públicos.

— Precisamos encontrar uma maneira de não ficarmos imobilizados por conta de desvios que excepcionalmente ocorrem — afirmou o senador.

Para o secretário, já existem



Para o secretário nacional de Defesa Civil, Pereira Júnior, burocracia, e não falta de verbas, dificulta contratação de obras

filtros para evitar desvios.

— Uma vez recebemos um pedido para reconstruir uma ponte, mas verificamos que aquela ponte não existia antes de vir a enchente. Essa fiscalização, esse filtro, nós fazemos.

Outro problema apontado por ele está no fato de muitos estados e municípios ainda não cumprirem o estabelecido pela Lei 12.608/2012, que determinou a organização e o

fortalecimento da defesa civil em todos os níveis — federal, estadual e municipal.

— A gente fica jogando muita responsabilidade para o governo federal, mas todos estamos devendo. Os municípios, a União, os governos estaduais. O Sistema Nacional de Defesa Civil ainda não funciona — apontou.

Questionado por Viana e Valdir Raupp (PMDB-RO)

sobre ações de prevenção do ministério, Pereira Júnior informou que a pasta faz hoje um mapeamento em 821 municípios considerados com maior de risco de desastres.

O secretário destacou também que as mudanças climáticas têm alterado a imagem de que o Brasil está a salvo de desastres naturais. Agora, apontou, é preciso mais do que nunca reforçar a defesa civil.

Obrigatoriedade de eclusa vai a Plenário

A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 209/2007, que regulamenta a construção de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis em rios com barragens.

Pelo texto aprovado, os projetos para construção de novas hidrelétricas devem prever a construção simultânea de eclusas ou outros mecanismos de transposição de nível. No entanto, ficam excluídas dessa regra barragens com aproveitamento de até 50 mil megawatts e também aquelas em construção na época da promulgação da nova lei.

A proposta estabelece também que a manutenção da navegabilidade na barragem é função do responsável pela exploração do reservatório. O relator na CI, Francisco

Dornelles (PP-RJ), ressaltou, em voto favorável ao projeto, que um dos maiores empecilhos à navegação interior no Brasil é a ausência de eclusas para a transposição das diversas barragens que fazem o aproveitamento hidrelétrico nos rios do país.

— A matéria é iniciativa louvável no sentido de garantir a navegação de nossas hidrovias e de evitar desperdício de recursos públicos — afirmou.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiaram a proposta, que segue agora com pedido para votação em regime de urgência pelo Plenário do Senado.

Serviço público

O projeto estabelece que a operação e a manutenção de eclusas constituem serviço público, que poderá ser prestado diretamente ou indiretamente

pelo poder público. A construção deverá ser precedida de declaração de reserva de disponibilidade hídrica. No caso de rio de domínio da União, a declaração será solicitada pelo Ministério dos Transportes, quando se tratar de exploração direta pelo poder público. Quando se tratar de concessão, o órgão responsável será a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq). Para exploração de hidrelétrica, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) continua sendo o órgão competente, como já prevê a legislação.

O projeto determina ainda que a declaração de reserva de disponibilidade hídrica será transformada automaticamente em outorga de direito de uso de recursos hídricos.

No processo de concessão de eclusa ou outro dispositivo de transposição de nível, o poder concedente poderá dar prioridade ao concessionário de geração de energia que opera a barragem. Para isso, no entanto, o interessado deverá constituir outra pessoa jurídica com fins específicos. Essa nova empresa poderá explorar diretamente a eclusa ou contratar prestadores de serviço para isso, desde que tenha autorização prévia do poder concedente.



Doença não faz distinção entre homem e mulher, destacou Ana Amélia

Audiência debate hoje ações de prevenção a câncer de intestino

Ana Amélia (PP-RS) convidou os senadores para participar da audiência pública que debate políticas públicas de prevenção do câncer de intestino, que ocorre hoje, a partir das 10h, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Segundo a parlamentar, esse é um tipo de câncer que não faz distinção entre homens e mulheres e precisa ser mais discutido e conhecido.

Em reunião ontem, a comissão aprovou requerimento da senadora para atualizar o nome do presidente da Sociedade Brasileira de Coloproctologia, Ronaldo Salles, que vai participar da audiência. O primeiro convite havia sido feito ao ex-presidente da entidade.

Outro assunto discutido pela CAS foi a regulamentação da profissão de designer. O senador Paulo Davim (PV-RN)

fez um apelo ao presidente da comissão, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), para dar celeridade à aprovação do PLC 24/2013.

Na opinião dele, a tramitação do projeto deveria ser mais rápida, principalmente depois que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) escolheu Curitiba como uma das Cidades do Design, ao lado de outras como Buenos Aires, Berlim e Pequim.

O projeto foi aprovado em meados de novembro pela CAS e deve ser analisado em Plenário, após requerimento do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ). Moka disse que vai conversar com Crivella e com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para colocar a proposta em pauta logo.



Relator, Dornelles afirma que a proposta garante navegação em hidrovias

Implantação para os ensinos fundamental e médio está sendo estudada pelo MEC para escolas públicas e privadas e deverá respeitar regionalidade e questão indígena

País terá base curricular comum, diz ministério

O MINISTÉRIO DA Educação está trabalhando na implantação de um sistema nacional de educação. Foi o que informou ontem a secretária de Educação Básica do MEC, Maria Beatriz Luce, durante audiência pública da Comissão de Educação (CE) sobre a construção de uma base curricular nacional comum para os ensinos fundamental e médio.

Pelo Plano Nacional de Educação, em vigor desde junho deste ano, todas as escolas públicas e privadas do país deverão se orientar por uma mesma base curricular a partir de 2016, cabendo a cada uma delas escolher a linha pedagógica e a metodologia de ensino, passando pela formação dos professores.

Apontando um documento com mais de 500 páginas para os participantes do encontro, a secretária garantiu que a construção da base curricular nacional comum é hoje uma das prioridades do ministério.

— Estamos saindo de uma era onde a política curricular ficou submissa, ocultada e até pouco tratada diante das demais. Há, sim, indicações de conteúdo e de método. Há diretrizes para todas as etapas da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e para todas as modalidades. Como isso vai ser tratado na educação indígena, nos quilombolas, na educação do campo, na educação profissional — explicou Maria Beatriz.

Cristovam Buarque (PDT-DF), defensor da federalização da educação básica, chamou a atenção para o equilíbrio que deve haver na construção da base curricular com as especificidades regionais e culturais, estimulando a iniciativa dos alunos.

— O aluno tem que ter liberdade. A escola, não. Tirando certas especifici-



Cyro Miranda preside audiência pública sobre grade curricular comum para escolas, ao lado da secretária de Educação Básica do MEC, Maria Beatriz Luce

dades como grupos indígenas, questões étnicas, as condições têm que ser as mesmas, e o conteúdo, básico. Isso exige um currículo comum — afirmou o senador.

Prós e contras

O diretor-executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne, mostrou dados de uma pesquisa inédita do Ibope, com professores de todo o país, favoráveis à adoção da base comum. Segundo o levantamento, 82% concordam com a adoção dessa política pública.

Mizne destacou também o apoio que a presidente Dilma deu à diretriz durante a abertura da Conferência Nacional de Educação, no dia 19 de novembro, em Brasília. Disse ainda que o atual modelo não atinge os objetivos que pretende e, portanto, precisa de

aprimoramentos, pois hoje 75% dos adultos brasileiros seriam analfabetos funcionais, 50% dos matriculados no ensino público não finalizam os estudos e apenas 10% chegam ao final do ensino médio sabendo o que é esperado nesse nível de ensino.

Quem também apoiou a iniciativa durante a audiência foi o primeiro-vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps. Ele informou que a entidade está disposta a colaborar na tarefa da elaboração da base curricular comum e reiterou que esse modelo é o aplicado na maioria dos países, com bons resultados.

A professora Alice Casimiro Lopes, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), avalia que o Brasil não precisaria adotar essa política pública,

porque já possui as diretrizes fundamentais definidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com base em pesquisas que realizou em diversas regiões, ela chegou à conclusão de que o modelo flexível é o mais efetivo para a superação das desigualdades históricas. Alice afirmou que o principal problema do modelo educacional brasileiro está nas políticas de financiamento, no salário dos professores e na própria desigualdade social que marca a sociedade.

Os senadores Cristovam Buarque, Ana Amélia (PP-RS) e Cyro Miranda (PSDB-GO), que preside a comissão, participaram da audiência, solicitada por eles. Paula Louzано, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), completou a lista de convidados.

Comissão analisa uso de agrotóxico de baixa periculosidade

O substitutivo ao projeto que cria a Política Nacional de Apoio aos Agrotóxicos e Afins de Baixa Periculosidade poderá ser votado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em reunião hoje, às 8h30. O objetivo do projeto, de Ana Rita (PT-ES), é incentivar o uso de agrotóxicos pouco ou não tóxicos ao ser humano, menos danosos ao meio ambiente e que resultem em produtos agropecuários

e florestais mais saudáveis.

No texto original (PLS 679/2011), a autora restringia a nova política ao estímulo a agrotóxicos não sintéticos de origem natural. Porém, quando o projeto estava na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor (CMA), foi alterado para alcançar também produtos sintéticos, considerados seguros do ponto de vista toxicológico e ambiental. Essa

mudança foi mantida pelo relator na CRA, Ivo Cassol (PP-RO).

Dessa forma, o projeto estabelece que o poder público estimulará pesquisas que resultem em agrotóxicos de baixa periculosidade, sejam naturais ou sintéticos, utilizando recursos dos Fundos Nacionais de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Meio Ambiente. O projeto tramita em decisão final.

Também deve ser analisado o PLS 323/2013, que eleva o valor das multas cobradas pelo descumprimento das normas reguladoras do trabalho rural. O projeto é de Ana Rita e conta com o apoio da relatora, Ana Amélia (PP-RS). A CRA também vai examinar projeto que permite que, na Embrapa, os recursos oriundos do trabalho de pesquisas e da venda de produtos, matrizes e animais sejam utilizados diretamente

nas unidades da empresa (PLS 201/2014). Na reunião passada, o relator, Waldemir Moka (PMDB-MS), leu o relatório, favorável ao texto.

Entre outras propostas que podem ser votadas na comissão, está a que estabelece a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para as áreas ocupadas por remanescentes das comunidades dos antigos quilombos (PLS 236/2014).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Aprovada segurança como competência comum da Federação

Para o autor do projeto, Ricardo Ferraço, é preciso esforço integrado para enfrentar a violência. Relator, Vital do Rêgo diz que a inclusão da área na Constituição é oportuna

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda Constitucional 33/2014, que inclui a segurança pública entre as obrigações de competência comum entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O projeto segue agora para o Plenário, onde passará por dois turnos de discussão e votação.

Com as modificações propostas pela PEC, a segurança pública passaria a figurar no artigo 23 da Constituição, que trata das competências comuns dos entes federativos. Ela também seria incluída no artigo 24, que fala dos temas sobre os quais tanto a União quanto os estados e o DF podem legislar.

O autor da PEC, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), explica que a Constituição já atribui ao poder público brasileiro, de forma geral, o dever de garantir segurança à população. No entanto, diz ele, é necessário explicitar essa obrigação para todos os níveis do Estado.

“A violência e a criminalidade são fenômenos extremamente complexos e dinâmicos e, para enfrentá-los, é necessário um grande esforço integrado

e compartilhado”, escreve Ferraço na justificativa. Na opinião dele, trata-se de “uma omissão” dos constituintes de 1988, que deve ser corrigida.

O relator da matéria na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou voto favorável com duas emendas de redação, que não modificam o conteúdo da PEC. O senador lembra que a área de segurança pública já é compartilhada por órgãos federais (como a Polícia Federal) e estaduais (as polícias militares, por exemplo) e, cada vez mais, pelas guardas municipais — o que demonstra que os municípios também se ocupam da atividade.

Dessa forma, enfatiza Vital, é oportuna a adequação da Constituição “a fim de extirpar quaisquer eventuais dúvidas a respeito da competência comum de todos os entes da Federação no que tange à garantia da segurança pública”.

Na recente eleição presidencial, vários candidatos — inclusive a presidente Dilma — defenderam a inclusão da segurança pública entre as atribuições constitucionais do governo federal.



Ferraço (D) e Vital do Rêgo, autor e relator, respectivamente, da PEC 33/2014, aprovada na CCJ

Cargo de agente policial de custódia do DF vai ao Plenário com urgência

O cargo de agente penitenciário da Polícia Civil do Distrito Federal poderá passar a ser denominado agente policial de custódia, conforme prevê o PLC 114/2014. O projeto foi apresentado pelo Executivo, passou pela Câmara e foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto vai a Plenário em regime de urgência.

O relator, Gim (PTB-DF), explica que até 2005 a Polícia Civil do DF tinha entre as atribuições a adminis-

tração do sistema penitenciário local, contando nos quadros com agentes penitenciários. A partir daquele ano, foram criadas a carreira de atividades penitenciárias e o cargo de técnico penitenciário, liberando os agentes penitenciários para retorno à Polícia Civil. Esses últimos continuarão a desempenhar, nas delegacias de polícia, funções como prisões preventivas e escolta de presos. A mudança de nome não vai alterar a remuneração.



Na opinião de Flexa Ribeiro, a proposta aprimora as parcerias público-privadas e define formas de explorar obra pública

Projeto altera lei para concessão de obra pública

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem proposta que traz uma inovação à legislação que rege as concessões públicas. O texto regulamenta a concessão de obra pública ou a parceria público-privada (PPP) sem a prestação obrigatória de serviço público.

A alteração permitirá a execução de projetos de reurbanização, com recuperação de áreas urbanas degradadas, como regiões portuárias ou industriais em decadência, operação comum em países desenvolvidos. O substitutivo ao PLS 444/2013 agora segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Hoje as concessões somente são feitas com serviços públicos que exigirão a cobrança de tarifa do usuário, como em rodovias e oferta de ener-

gia elétrica ou água, ou com serviço público precedido de obra pública, como a de um aeroporto a ser construído ou ampliado pelo concessionário.

A inovação, segundo o autor, Paulo Bauer (PSDB-SC), viabiliza a concessão de uma obra pública permitindo a remuneração do concessionário com receitas derivadas da própria obra, independentemente da vinculação a um serviço público e da cobrança de tarifas. Segundo observou o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a proposta aprimora as PPPs.

Pelo projeto, o concessionário poderá ser obrigado a oferecer, aos proprietários dos imóveis necessários à execução da obra, opções à desapropriação, como a participação no capital da “sociedade de propósito específico” responsável pela construção

ou a permuta por um imóvel novo, a ser construído no local, por exemplo, uma estação de metrô. O concessionário poderá ofertar projetos associados de construção de imóveis no entorno do local, com o intuito de atrair a população para a área, cujo lucro integraria a remuneração.

“Ao contrário do poder público, o concessionário teria maior liberdade para negociar com os proprietários, inclusive mediante permuta por imóveis futuros ou participação no capital da sociedade responsável pela execução da obra”, diz Bauer.

A proposta também prevê a possibilidade de cobrança, pelo poder público, de um tributo pela valorização que a obra possa trazer à região, cujo montante será repassado ao concessionário.

Lídice da Mata propõe mudança para Embratur ficar mais ágil

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) poderá sugerir que a Embratur seja transformada em pessoa jurídica de direito privado. Com a mudança, a instituição — que funciona como autarquia — poderia se organizar, por exemplo, como fundação ou empresa pública, ganhando mais agilidade e flexibilidade no desempenho das funções.

A medida consta do relatório apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA) ontem. O documento decorre de previsão regimental vigente desde 2013, estabelecendo que todas as comissões técnicas do Senado selecionem políticas públicas desenvolvidas pelo Poder Executivo, relacionadas à área de competência, para avaliação anual.

Este ano, por sugestão de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que preside a comissão, a CDR escolheu o tema “Estruturação dos destinos turísticos”.

Recomendações

Além de defender a ampliação das dotações orçamentárias para o turismo, o relatório também recomenda ao governo a criação de indicadores para avaliação adequada do impacto das

ações, os reflexos na economia nacional e nas regiões.

Outra indicação é para o reforço do quadro de pessoal especializado do Ministério do Turismo e mais empenho na qualificação e capacitação profissional em políticas de investimento e promoção do turismo. O relatório sugere ainda que as emendas parlamentares ao Orçamento da União destinadas à área sejam mais qualificadas.

Para produzir o relatório, entre outras fontes de subsídios, a comissão fez duas audiências públicas em novembro, quando foram ouvidos representantes do setor público, nos três níveis de governo, além de associações que atuam no setor de turismo.

O documento destaca a importância do turismo na impulsão da economia, com a dinamização das atividades nos locais visitados, geração de empregos e de divisas. No mundo, o turismo movimenta cerca de US\$ 4 trilhões e gera 280 milhões de empregos. Porém, o Brasil ainda estaria longe dos países líderes, ocupando apenas a 51ª posição no ranking geral de competitividade e detendo apenas 0,5% do fluxo mundial de turistas.

Ildo Sauer, que respondia pelo setor de Gás e Energia da estatal, afirmou a parlamentares, em depoimento informal, que a demissão dele, em 2007, ocorreu por motivos técnicos

Ex-diretor da Petrobras diz ignorar esquema

EM DEPOIMENTO INFORMAL a parlamentares da CPI Mista da Petrobras ontem, o ex-diretor de Gás e Energia da estatal Ildo Sauer disse estar chocado com as notícias sobre a empresa. Ele afirmou que não teve conhecimento nem participou de esquema de corrupção.

— Vivo hoje uma enorme angústia em relação à Petrobras.

Sauer preferiu não se manifestar sobre a conduta de outros dois ex-dirigentes acusados de corrupção — Nestor Cerveró e Paulo Roberto Costa —, mas falou sobre os custos da construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, que considerou muito elevados.

Ao responder por que foi demitido da diretoria da Petrobras em 2007, o engenheiro disse acreditar que isso ocorreu devido a divergências técnicas e administrativas e a estratégias do Ministério de Minas e Energia e da Casa Civil. Ele descartou que a demissão esteja ligada ao fato de ter ficado fora do esquema de corrupção.

— Me demitiram porque acharam que eu não era adequado para as políticas que queriam implementar. Faz parte do jogo. Não pedi para entrar, não pedi para sair. Fui demitido com honra.

Questionado se a presi-

dente Dilma Rousseff e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabiam da corrupção na companhia, ele preferiu não responder:

— Acho que minha opinião sobre isso é irrelevante.

Sauer, no entanto, confirmou as críticas feitas a Dilma em entrevista recente:

— Sempre achei que ela tinha mais capacidade de buscar culpados do que soluções.

Sobre a compra da refinaria de Pasadena, nos EUA, disse que em 2006 era de fato necessário expandir o parque de refino no exterior. Ele não eximiu o Conselho de Administração de responsabilidade.

— O conselho tem acesso a qualquer informação e pode até contratar assessoria externa. Não deve ater-se apenas a um resumo técnico. Tem obrigação de buscar mais informações — ressaltou.

Segundo Dilma, que era ministra de Minas e Energia e presidente do Conselho Administrativo da Petrobras na época, a compra de Pasadena foi autorizada com base num resumo falho elaborado por Cerveró, que estava à frente da área Internacional da empresa.

O ex-diretor falou a parlamentares informalmente ante a impossibilidade de abertura da reunião de ontem da CPI mista, por causa das votações no Congresso.



Ildo Sauer (E), ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras, participa de depoimento informal à CPI mista que investiga estatal

Relatório final será apresentado na quarta

O depoimento oficial de Sauer à CPI mista foi cancelado devido à sessão do Congresso para a votação de projetos e vetos presidenciais. Agora a comissão não terá mais reuniões administrativas nem para ouvir depoentes. O relator, deputado Marco Maia (PT-RS), anunciou que vai apresentar o relatório na quarta-feira, para viabilizar a votação final no dia 17. Ele afirmou que não há mais tem-

po hábil para depoimentos ou providências administrativas.

Foram apresentados quatro requerimentos à comissão de inquérito pedindo o depoimento de Ildo Sauer. Um deles, do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), cita entrevista à imprensa em que Sauer declara que o Tribunal de Contas da União (TCU) errou ao responsabilizar igualmente todos os diretores da Petrobras no caso da compra da

refinaria de Pasadena.

A CPI exclusiva do Senado também cancelou a reunião de ontem por causa da sessão do Congresso. Os senadores receberiam José Maria Rangel e João Antônio de Moraes, respectivamente coordenador-geral e secretário de Relações Internacionais e Empresas Privadas da Federação Única dos Petroleiros. Os dois falariam sobre a segurança nas plataformas de petróleo.

Aprovada restituição de benefícios a aposentados da aviação

O Congresso Nacional aprovou na sessão conjunta de ontem a medida que garante recursos para o pagamento de benefícios atrasados aos aposentados do fundo de pensão Aerus, de trabalhadores de empresas aéreas.

O PLN 31/2014 libera R\$ 248,3 milhões em créditos orçamentários para que o Ministério da Previdência Social cumpra sentença judicial de 19 de setembro, que determina a restituição dos pagamentos. Desde 2006 os beneficiários do Aerus não recebem de forma integral as aposentadorias, pensões e auxílios-doença.

O Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA) e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac) calculam que cerca de 20 mil aposentados foram afetados por uma gradual redução no financiamento do Aerus. Das três fontes originais de arrecadação do fundo — contribuições de funcionários, de empresas e parcelas dos valores arrecadados com a venda de passagens —, duas foram total ou parcialmente cortadas ao longo do tempo. Nos últimos anos, os pagamentos estavam limitados a 8% do valor originalmente previsto.

A votação entre os parlamentares demorou a acontecer devido a várias interferências regimentais da oposição, que queria prolongar a sessão. Mesmo assim, foi apenas simbólica, tendo havido acordo entre as lideranças pela



Paulo Paim e outros senadores comemoram aprovação com os aposentados do fundo de pensão Aerus

aprovação. Esse fato foi comemorado pelo senador Paulo Paim (PT-RS):

— A matéria não é polêmica, houve um entendimento, conversei com a maioria dos líderes e nenhum criou obstáculo. Assim, a justiça foi feita.

Paim também destacou que o valor liberado é apenas a primeira de três parcelas devidas aos aposentados. Para o senador, o atendimento à reivindicação chega além da hora devida, mas o Congresso cumpre seu papel.

— Essa luta faz com que a gente viaje

no tempo. Mais de mil trabalhadores já faleceram ao longo de uma década. Para eles, hoje é um dia que entra para a história. Sabia que o Congresso não ia faltar a esses homens e mulheres que carregaram o Brasil pelos ares — explicou.

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) também se manifestou favoravelmente ao projeto, declarando-se um entusiasta da matéria. Ele lembrou que um grupo de cerca de 30 aposentados acampou no Salão Verde da Câmara dos Deputados

nas duas últimas semanas, aguardando a votação.

— Os valores são essenciais à sobrevivência de famílias. A responsabilidade da União já está reconhecida — afirmou.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) contou que conhece pessoalmente alguns aposentados do Aerus e criticou o governo por não ter fiscalizado mais de perto o fundo de pensão.

— Tenho amigos ex-comandantes da Varig e um cunhado ex-comandante da Cruzeiro do Sul. Sei as dificuldades que eles passam, e tudo porque o governo não fiscalizou como devia o Aerus. Eles não têm culpa, estão sofrendo pelos erros do governo — acusou.

O senador José Agripino (DEM-RN) observou que muitas vezes foi abordado por trabalhadores de empresas aéreas interessados em cobrar uma resolução ao problema.

— Nós viajamos de avião toda semana. Quantas vezes eu não fui abordado por comissários de bordo ou pilotos que vêm dos tempos da Cruzeiro do Sul, da Varig e da Transbrasil, perguntando como andava a questão do Aerus? Sempre colocando o drama que eles viviam — relatou.

Alguns dos aposentados que protestavam no Congresso acompanharam a votação de dentro do Plenário, a convite de parlamentares.